



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO**

VOCÊS ME OUVEM, MAS NINGUÉM ME ESCUTA

Série de podcast sobre os altos índices de violência contra mulher em Mato Grosso do Sul

FERNANDA SÁ JUSTO

Campo Grande
NOVEMBRO/2025

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



VOCÊS ME OUVEM MAS NINGUÉM ME ESCUTA

Série de podcast sobre os altos índices de violência contra mulher em Mato Grosso do Sul

FERNANDA SÁ JUSTO

Relatório apresentado como requisito parcial para aprovação na Componente Curricular Não Disciplinar (CCND) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Jornalismo da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Cristiane Ota

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do Trabalho: "Vocês me ouvem, mas ninguém me escuta"

Acadêmica: Fernanda Sá Justo

Orientadora: Daniela Cristiane Ota

Data: 26/11/2025

Banca examinadora:

1. Katarini Giroldo Miguel
2. Ariadna Thalia Zortéa Braz

Avaliação: (X) Aprovado () Reprovado

Parecer: A banca destaca a relevância e qualidade do trabalho e indica a continuidade do projeto. A banca também indica a veiculação na Rádio Educativa UFMS e a concorrer a prêmios na área.

Campo Grande, 26 de novembro de 2025.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Cristiane Ota, Professora do Magistério Superior**, em 26/11/2025, às 18:07, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Laura Seligman, Coordenador(a) de Curso de Graduação**, em 27/11/2025, às 14:03, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6020204** e o código CRC **D0433047**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.015712/2025-27

SEI nº 6020204



AGRADECIMENTOS

17 de novembro de 2004, ali começava a caminhada de mais uma menina que nascia no Brasil, ou melhor, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Para muitos uma informação qualquer, mas nascer mulher no segundo estado que mais nos mata no país não é fácil. Durante muitos anos não dei de cara com os preconceitos, machismos e medos que estariam por vir, na adolescência passei por situações que já deixaria escancarado o problema de ser mulher em um estado machista. Durante os primeiros anos de faculdade, e momentos onde tive a ideia de fazer esse projeto, passei pelo medo de voltar a noite sozinha para casa, o medo de sair e não chegar mais. Mas porque esse medo, será que o problema está em ser mulher ou na sociedade que nos obriga a andar com medo?

Um medo que nasce, cresce e infelizmente muitas vezes vai morrer com a gente. Apesar desse medo que caminha comigo não posso deixar agradecer a mulher que me ensinou a ter coragem e ser forte mesmo nas vezes que a vontade de desistir chega, esse projeto é pra você mãe, a primeira mulher que me inspirou e continua inspirando a ser quem eu sou hoje.

Obrigada por acreditar em mim e celebrar comigo cada pequena conquista. Por me ensinar que ser mulher é resistir, mas também é saber acolher e sonhar. Tudo o que sou e tudo o que conquistei carrega um pouco de você, da sua força, do seu amor e da sua fé inabalável em mim. Que este trabalho seja também uma forma de retribuir, ainda que em palavras, tudo o que você fez e continua fazendo por mim todos os dias.

Entre medos e aprendizados, percebo que nenhuma caminhada é feita sozinha. Quantos momentos intensos vivi nesses quatro anos de faculdade, nada disso seria possível sem as oportunidades incríveis, e quantas delas vivi durante esse tempo. Muitas vezes falei que não acredito em destino, mas que sorte a minha de cruzar com pessoas tão especiais nesse caminho.

Durante o podcast falei muito sobre rede de apoio, e hoje entendo, mais do que nunca, o quanto a minha foi essencial em cada etapa dessa jornada. Nada disso teria sido possível sem os meus amigos, que me ouviram nos dias difíceis e estiveram comigo das temidas provas da Márcia no começo da faculdade, nas notícias pra ciber, até as infinitas tardes de conversa no corredor central, nos dias de ansiedade e diversão na rádio corredor, nas tão queridas festas de atlética e nas faltas combinadas pra fazer o TCC na correria da rotina de redação que vivemos

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



agora, a faculdade com vocês foi um privilégio de ser vivida. Agora colegas jornalistas, espero encontrar vocês em muitas pautas por aí ainda.

A minha família, que sempre acreditou em mim desde a época em que jornalismo ainda nem era um sonho. E por falar em família, durante esse tempo precisei conviver com a distância e a saudade de alguém que sempre esteve ali por mim. Mesmo do outro lado do oceano, você nunca deixou de estar presente, nas mensagens, nas ligações e nas palavras de incentivo que me fizeram seguir em frente nos dias mais difíceis. Obrigada por ser meu irmão, meu porto seguro e por me lembrar sempre que, não importa a distância, o amor e o apoio verdadeiro atravessam qualquer mar. A saudade é o azar de quem já teve muita sorte na vida, e que sorte a minha ter nascido sua irmã.

Ao meu namorado, que esteve ao meu lado em cada fase dessa caminhada, oferecendo apoio, paciência e amor quando eu mais precisei. Um agradecimento especial a Beatriz Rieger e a Evelyn Mendonça, profissionais e mulheres brilhantes que com muito carinho e paciência me ensinaram tudo que eu sei, sem vocês eu não teria me tornado a jornalista que sou hoje. Cada um de vocês fez parte dessa conquista, e esse trabalho também é de vocês.

Cada etapa desse percurso foi construída com o apoio de pessoas que acreditaram no meu potencial e caminharam comigo até aqui. E entre essas pessoas, não poderia deixar de reconhecer aqueles que contribuíram diretamente para que este trabalho ganhasse forma acadêmica.

Um agradecimento especial à minha orientadora, carinhosamente chamada de Dani Ota, pela paciência, dedicação e, principalmente, pela paixão contagiante pelo rádio. A Fernanda acuada que entrou na matéria de radiojornalismo em 2024, ainda insegura e tímida, encontrou nesse espaço um refúgio e uma nova forma de se expressar. Foi ali que descobri o poder do rádio, esse meio de comunicação tão popular, acessível e humano, e me apaixonei por ele. O seu olhar sensível, o incentivo constante e o amor pelo que faz me inspiraram profundamente. Obrigada, Dani Ota, por acreditar em mim e me mostrar que minha voz também pode ser instrumento de transformação.

Gostaria de agradecer também a todas as mulheres inspiradoras, fortes e incríveis que toparam participar desse projeto junto comigo. Ouvir histórias é o que me move como pessoa e como jornalista, e cada uma de vocês me ensinou algo único sobre coragem, resistência e esperança.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



Obrigada por abrirem seus corações, por confiarem em mim e por compartilharem vivências tão profundas e, muitas vezes, doloridas. Cada relato, cada pausa, cada emoção foi essencial para que esse trabalho ganhasse sentido. Vocês me mostraram, mais uma vez, a força transformadora das mulheres e o poder que existe em contar nossas próprias histórias. Esse projeto é de vocês e para vocês.

E por fim um agradecimento especial, para aquela que terei a coragem e ousadia de personificar como a mulher que transformou a minha vida: a comunicação. Antes, durante e depois sempre serei grata pela voz tímida e corajosa da Fernanda de 17 anos que entrou na UFMS com medo do mundo e agora sai formada como jornalista e comunicadora, obrigada por não ter desistido, nós conseguimos!

Por falar em medo nesses quatro anos de curso aprendi que por mais que ele vença em alguns dias, o mais importante é que depois do medo vem o mundo, e ele se abre cheio de oportunidades.

Esse projeto é por mim, por aquelas que vieram antes de mim e para aquelas que ainda estão por vir. Por todos os dias de silêncio, agora vocês vão ter que me ouvir.

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



SUMÁRIO

Resumo	10
Introdução	12
1. Atividades desenvolvidas	18
1.1 Execução	18
1.2 Dificuldades encontradas	18
1.3 Objetivos alcançados	19
2. Suportes teóricos adotados	25
Considerações finais	38
Referências	40
Apêndice	43



RESUMO:

‘Vocês me ouvem, mas ninguém me escuta’ é uma série de podcasts jornalísticos que discute os altos índices de violência contra a mulher no estado. Em três episódios, o produto combina entrevistas com mulheres que vivenciaram situações de violência, representantes de políticas públicas no estado de Mato Grosso do Sul, psicólogas e historiadoras. O objetivo é compreender como fatores estruturais como: o desenvolvimento histórico, a desigualdade de gênero e os erros e falhas, que levam à ineficiência das políticas públicas e, contribuem para a permanência desse cenário crescente de violência de gênero. A série busca informar e sensibilizar o público sobre a violência contra a mulher e reforçar a importância de políticas públicas eficazes.

PALAVRAS-CHAVE:

Podcast; Mato Grosso do Sul; Feminicídio; Violência contra a mulher.



PÁGINA DE SIGLAS:

CMB: Casa da Mulher Brasileira

Deam: Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher

SEMU: Secretaria Executiva da Mulher



INTRODUÇÃO

Durante os primeiros anos do século XX, Campo Grande se tornava o principal centro político e econômico do sul do estado de Mato Grosso. Desde os primórdios da criação do estado¹, a elite formada exclusivamente por homens, tinha uma base econômica em comum e que se mantém até os dias atuais como principal fonte de renda de Mato Grosso do Sul: o agronegócio². A forte ligação entre o poder político e a atividade agropecuária³ moldou a estrutura econômica e social da região, criando um ambiente dominado por interesses masculinos, e que contribuiu para a perpetuação de práticas sociais e políticas excludentes.

A origem dessa configuração pode ser relacionada à chegada dos primeiros coronéis no final do século XIX e início do século XX. Esses coronéis, grandes proprietários de terras, instalaram-se no território de Mato Grosso, aproveitando a expansão das fronteiras agrícolas e o incentivo à ocupação territorial.

Desde o período de formação de Mato Grosso do Sul, a estrutura agrária do estado foi marcada pela presença de grandes latifúndios, propriedades rurais de extensa área pertencentes a uma única pessoa, família ou grupo, que garantiam aos chamados “coronéis” o controle não apenas sobre a produção e a mão de obra local, mas também sobre as decisões políticas regionais. Essa concentração fundiária, voltada principalmente à pecuária extensiva e, posteriormente, ao agronegócio, consolidou uma relação de dependência entre economia e poder político, na qual a influência dos grandes proprietários rurais moldou o cenário político estadual.

Essa posição de poder econômico e social conferia aos coronéis grande influência sobre as decisões administrativas, as eleições e até mesmo sobre a vida cotidiana nas comunidades onde atuavam. Essa dinâmica deu origem ao chamado coronelismo, sistema político caracterizado pelo controle local exercido por líderes rurais, os coronéis, que utilizavam seu prestígio e recursos para garantir lealdade eleitoral e manter o poder concentrado. Como explica Leal (2012), o coronelismo foi “a expressão política do poder privado”, nascido da

¹ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. Uma reflexão sobre a história de Mato Grosso do Sul. IHGMS, 2021. Disponível em: <https://ihgms.org.br/artigos/uma-reflexao-sobre-a-historia-de-mato-grosso-do-sul-43>. Acesso em: 21 jun. 2025.

² MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado. MS lidera projeções como o estado brasileiro com maior previsão de crescimento do PIB em 2025. Disponível em: <https://www.ms.gov.br/noticias/ms-lidera-projecoes-como-o-estado-brasileiro-com-maior-previsao-de-crescimento-do-pib-em-2025>. Acesso em: 06 abr. 2025.

³ CORREA, Valmir Batista. Coronéis e bandidos em mato grosso: 1889-1943. 1982. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.



aliança entre as oligarquias rurais e o Estado durante a Primeira República, mas com efeitos duradouros em diversas regiões do país, inclusive em Mato Grosso do Sul.

O coronelismo pode ser compreendido como um sistema político baseado no poder de mando das elites rurais, os coronéis, que exerciam controle social e político sobre as populações locais por meio de relações de dependência e troca de favores. Essa estrutura consolidou uma cultura política patriarcal, conservadora e autoritária, cujas raízes ainda podem ser percebidas no Mato Grosso do Sul. Para a professora e historiadora Dilza Porto, é difícil romper com tradições de séculos passados.

É difícil romper, principalmente, com esse mundo rural que é ressignificado a todos os momentos. Quando a gente cultua uma tradição, ela não é idêntica àquela tradição original, diremos assim. O Hobsbawm tem um livro que é *Invenção das Tradições*, que fala justamente o imigrante lá do século XIX, um grupo de pessoas migrou lá no século XIX, veio para o Brasil e trouxe uma série de tradições, do jeito de fazer comidas, danças. E naquele país de origem, aquelas coisas já não existem mais. Mas aquele grupo trouxe uma cultura lá do século XIX para cá, e aí aquele grupo que está aqui, que quer ter uma identidade vinculada ao país de origem, cultua aquela tradição que lá fora já não existe mais. Então essa *Invenção das Tradições*, esse resgate, esse significado que se deu para o agro nos últimos anos, ressignificou também essas hierarquias (Dilza Porto em entrevista concedida no dia 2 de outubro de 2025).

A separação que resultou na criação de Mato Grosso do Sul em 1977, ocorreu em meio à vigência da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). O contexto autoritário, elitista e conservador da época reforçou práticas políticas machistas, limitando drasticamente o acesso das mulheres aos espaços de poder. Como reflexo desse histórico de exclusão, Campo Grande conseguiu eleger sua primeira prefeita mulher apenas em 2024, quando Adriane Lopes⁴ (PP) venceu as eleições municipais com 51,45% dos votos válidos.

No cenário nacional, a participação feminina em cargos políticos também avançou lentamente. A primeira e única mulher eleita para a Presidência da República foi Dilma Rousseff, em 31 de outubro de 2010. Durante seu governo, em 2013, foi lançado o programa "Mulher: Viver sem Violência"⁵, cujo objetivo era implementar a política de tolerância zero à

⁴ Bordini, Milene. Mulheres na política: representação ou representatividade? Quem te Representa?, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://quemterepresenta.com.br/mulheres-na-politica-representacao-ou-representatividade/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

⁵ BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Programa Mulher: Viver sem Violência. Disponível: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia> . Acesso em 13 abr. 2025.



violência contra a mulher. Entre 2013 e 2014, todas as 26 unidades federativas aderiram ao programa, cuja principal ação inicial foi a criação da CMB).

Ainda em 2015, reforçando a luta contra a violência de gênero, foi sancionada a Lei nº 13.104⁶, conhecida como Lei do Feminicídio, que incluiu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e estabeleceu medidas específicas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Essas mudanças na lei ocorreram em um momento em que os casos de violência contra a mulher passaram a receber maior atenção do poder público, com a criação de políticas específicas e unidades de acolhimento, além de maior visibilidade na imprensa e na sociedade. Esse cenário evidenciou a necessidade de ações mais práticas e eficientes para garantir proteção e justiça às vítimas. Era preciso criar espaços onde as mulheres pudessem encontrar acolhimento, orientação e apoio de forma rápida e integrada. Foi nesse contexto que surgiu a ideia da CMB, como uma resposta concreta para enfrentar a violência de maneira mais direta e garantir que as vítimas tivessem acesso mais fácil e integral à proteção e à justiça.

Mas porque a decisão de instalar a primeira CMB em Campo Grande? Para entendermos essa questão é indispensável voltar ao dia 3 de fevereiro de 2015, dia em que a CMB foi inaugurada. O motivo? A capital sul-mato-grossense aparecia no topo do “Balanço 10 anos - Ligue 180”⁷ realizado durante o governo da então presidenta Dilma Rousseff como a capital com maior taxa de relatos de violência (227,53 relatos por 100 mil mulheres). A pesquisa também apontava Mato Grosso do Sul em segundo lugar com maior taxa de relatos de violência no Ligue 180 em 2015.

Após dez anos de existência, a equipe da CMB de Campo Grande, formada inteiramente por mulheres, tinha como principal objetivo oferecer apoio às vítimas de violência doméstica. Criada com a proposta de prestar atendimento especializado em todos os tipos de violência contra a mulher, a instituição busca garantir acolhimento, segurança e orientação para que as vítimas se sintam encorajadas a realizar denúncias e iniciar o processo de proteção.

⁶ BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o Código Penal para tipificar o feminicídio como qualificadora do homicídio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm. Acesso em: 13 maio 2025.

⁷Balanço Ligue 180 – Disponível em https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/wp-content/uploads/2015/12/SPM_balanco180-10anos10meses.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.



Entre os anos de 2015 e 2024 a CMB de Campo Grande⁸ realizou 1,7 milhões de atendimentos psicossociais, além de 138 acolhimentos, 80 mil registros de boletins de ocorrência e a concessão de 63 mil medidas protetivas. Por mês, mais de mil mulheres são atendidas.

Apesar dos índices expressivos de atendimentos realizados ao longo dos anos, a CMB de Campo Grande teve sua eficácia questionada após casos recentes de feminicídio que ganharam grande repercussão na mídia local. Esses episódios evidenciaram que, mesmo com a existência de políticas de acolhimento e proteção, ainda há falhas no sistema que impedem a prevenção efetiva da violência contra a mulher.

No dia 12 de fevereiro de 2025, a jornalista Vanessa Ricarte, de 42 anos, saiu de sua casa e foi à Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres (Deam), órgão instalado dentro da CMB. Já em situação de risco, Vanessa foi recebida pela titular Eliane Benicasa e pelas delegadas Ricelly Donha e Lucelia Oliveira, registrou um boletim de ocorrência e fez um pedido de medida protetiva contra seu ex-companheiro Caio Cesar Nascimento. Naquele mesmo dia, Vanessa Ricarte, foi assassinada por facadas desferidas pelo assassino. Áudios divulgados⁹ por um amigo da vítima revelaram falhas no atendimento da Deam. Vanessa procurou ajuda, solicitou medida protetiva, mas ainda assim foi orientada a retornar para casa. Além da negligência institucional, a jornalista também expôs que enfrentou um atendimento hostil.

Na madrugada do dia 6 de março de 2025, o erro se repetiu. Uma jovem de 23 anos não identificada chegou à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) para realizar uma denúncia de estupro coletivo da qual foi vítima na madrugada do dia 2 de março. Ao pedir o registro da ocorrência, devido a falta do exame de corpo de delito, foi orientada a voltar a DEAM no outro dia.

Enquanto isso, na CMB falhas burocráticas remetem a insuficiência e má qualidade do serviço. Também no dia 6 de março de 2025, uma dona de casa de 42 anos, chega para consultar um processo de violência doméstica, três meses após haver feito uma denúncia de

⁸BRASIL. Ministério das Mulheres. Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS completa 10 anos de atividades. Publicado em 03 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/fevereiro/casa-da-mulher-brasileira-em-campo-grande-ms-completa-10-anos-de-atividades> . Acesso em: 13 abr. 2025.

⁹ MATOS, Gabriel e MAMÉDIO, Lucas. Áudio prova que Deam abandonou Vanessa. Campo Grande News, 14 fev. 2025. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/audio-prova-que-deam-abandonou-vanessa>. Acesso em: 27 nov. 2025.



agressão, contra seu ex-marido. Ela chegou ao local às 14h e só conseguiu sair às 17h, sem receber novas informações sobre o processo.

A partir da contextualização histórica feita no início deste projeto, como essa questão levou Mato Grosso do Sul para o 1º lugar do ranking de estado que mais mata mulheres no Brasil¹⁰?

Os problemas observados nos atendimentos recentes da Deam e da CMB acenderam o alerta sobre as fragilidades das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero em Mato Grosso do Sul. Embora o estado apresente o segundo índice mais alto de feminicídio do país, há um questionamento: será que parte desses números se deve à correta tipificação dos casos e não apenas ao aumento da violência? Ainda assim, a situação evidencia a necessidade de aprimorar o atendimento e a proteção às mulheres em todo o território sul-mato-grossense. Apenas em 2025, já foram registrados 32 feminicídios. Segundo dados dos atendimentos da CMB em Campo Grande de 2015 até novembro de 2025¹¹ foram registrados 364 casos. Dentre as maiores semelhanças observadas entre os registros estão os locais e os autores do feminicídio: 207 foram mortas dentro de sua própria casa e 79 mulheres foram assassinadas pelo cônjuge.

O feminicídio de Vanessa Ricarte gerou ampla repercussão pública, especialmente pela atuação dela como jornalista, o que intensificou a cobertura da imprensa local e nacional. As críticas veiculadas nos meios de comunicação e nas redes sociais expuseram falhas nos atendimentos realizados pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e pela CMB, reacendendo o debate sobre a eficácia das políticas públicas de proteção às mulheres em Mato Grosso do Sul. Promessas de melhorias vieram dos poderes municipal, estadual e federal. O tema deste projeto surge para mim dessa revolta, das reclamações não atendidas e do cansaço de conviver com medo de ser mulher todos os dias. O projeto foi uma forma de escutar aquelas mulheres que de alguma forma gritaram por socorro, mas nunca foram ouvidas, e que é preciso coragem e força para sair de um ciclo de violência e denunciar o agressor.

¹⁰ MELO, Thatiana. Com 15 feminicídios, Mato Grosso do Sul ocupa topo do ranking no país. Midiamax, 9 jun. 2025. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/policia/2025/com-15-feminicidios-mato-grosso-do-sul-ocupa-topo-do-ranking-no-pais/>. Acesso em 21 jun. 2025.

¹¹MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Monitor da Violência Contra a Mulher. Disponível em: <http://monitorviolenciacontramulher.sejusp.ms.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2025.



Cadê meu celular? Eu vou ligar pro 180¹²
Vou entregar teu nome e explicar meu endereço
Aqui você não entra mais, eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo se você se aventurar
[...]
Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim
(Douglas Germano, 2015)

¹² SOARES, Elza. Maria de Vila Matilde. In: A Mulher do Fim do Mundo. São Paulo: Circus, 2015. Faixa 3.



1- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades realizadas durante o desenvolvimento do podcast jornalístico “Vocês me ouvem, mas ninguém me escuta” foram organizadas em etapas que integraram pesquisa acadêmica, apuração jornalística e produção técnica. A seguir, cada uma das fases é detalhada de forma a evidenciar o percurso metodológico, as decisões editoriais e os aprendizados adquiridos ao longo do processo. A produção do podcast foi realizada inteiramente por mim, desde a pesquisa, captação e edição do áudio, além da identidade visual e montagem dos episódios finais.

1.1 Escolha do tema e definição do formato

A escolha do tema surgiu da observação de um problema social persistente em Mato Grosso do Sul: os altos índices de feminicídio e a violência contra a mulher. A partir de leituras e da análise de dados de órgãos públicos, identificou-se que o estado figura entre os primeiros do país nesse tipo de crime. A proposta, então, foi compreender de que forma fatores históricos, econômicos e políticos influenciam esse cenário. A escolha pelo formato podcast foi motivada pela possibilidade de trabalhar narrativas sonoras mais sensíveis e humanas, permitindo que as vozes das entrevistadas e dos especialistas se tornassem o eixo central da narrativa. O áudio, enquanto meio, também possibilitou criar intimidade com o ouvinte e desenvolver um produto acessível e envolvente.

1.2 Pesquisa e revisão teórica

Nesta fase, ainda durante o pré-projeto iniciado em abril, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de feminicídio, violência de gênero e políticas públicas de enfrentamento, como a instalação da CMB em Campo Grande. Também foram consultados textos sobre o coronelismo histórico e as heranças políticas e econômicas que moldaram as estruturas de poder no estado. Além da literatura acadêmica, foram analisados relatórios governamentais como o “Balanço, Ligue 180” realizado em 2015 no governo da presidenta Dilma Rousseff, que teve como resultado a criação da CMB Brasileira, documentos da Casa e dados de instituições como o Monitor da Violência Contra as Mulheres, desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS). Essa etapa foi essencial para construir uma base teórica sólida e orientar as perguntas das entrevistas, garantindo que o produto tivesse embasamento científico e compromisso com a realidade social investigada.



1.3 Planejamento e definição das fontes

Com o tema consolidado e o pré-projeto finalizado, no mês de julho elaborei um planejamento editorial que definiu o tema de cada episódio, a linguagem, quais fontes seriam contatadas e como seriam distribuídas entre os episódios e, o cronograma de execução. As fontes foram selecionadas de modo a garantir pluralidade: autoridades públicas, especialistas e mulheres que vivenciaram situações de violência. O contato com essas fontes exigiu sensibilidade e preparo emocional, pois muitas delas compartilhavam experiências marcadas por dor e superação. Todo o processo de apuração seguiu protocolos éticos, incluindo consentimento livre e esclarecido, preservação de identidade quando solicitado e verificação rigorosa das informações. Ainda durante o mês de julho e agosto, houve o contato primário com as fontes, já selecionadas, para explicar sobre o projeto e saber sobre a disponibilidade para as entrevistas.

1.4 Produção e gravação das entrevistas

As entrevistas foram iniciadas no dia 20/08, realizadas presencialmente no estúdio de rádio da UFMS, ou no local de preferência da entrevistada com equipamento próprio conforme a disponibilidade das mesmas. Antes da entrevista foi preparado um roteiro de 10 a 12 perguntas para cada fonte, com contextos de acordo com a especialidade de cada uma que já havia sido definido anteriormente. Abaixo segue a lista de datas e fontes com tema abordado com cada uma e os episódios que foram alocadas:

Episódio 1 - Do coronelismo ao feminicídio

- Maria Rosana Pinto Gama¹³, historiadora, militante feminista e primeira secretária da mulher de Mato Grosso do Sul - Entrevista realizada no dia 20/08, trouxe detalhes sobre como eram as políticas públicas voltadas para a mulher na época de seu secretariado. Também trouxe reflexões históricas sobre a cultura machista do estado;

¹³ A Maria Rosana foi indicada pela vereadora Luiza Ribeiro (PT), como fonte especialista para falar sobre o surgimento das primeiras políticas públicas de Mato Grosso do Sul. Além de historiadora, foi secretária da primeira pasta voltada para as mulheres em 1999 no governo do Zeca do PT. Atualmente Maria ainda atua em pautas de gênero em conjunto com a vereadora.



- Dilza Porto, historiadora e pesquisadora da história da mulher - Entrevista realizada no dia 02/10, trouxe a contextualização histórica do coronelismo no estado de Mato Grosso do Sul.

Episódio 2 - Casa da Mulher Brasileira: de 2015 pra cá o que mudou?

- Andressa Gomes, psicóloga da CMB de Campo Grande - Entrevista realizada no dia 21/09, com o gancho de atendimentos na CMB, Andressa contou um pouco da experiência em trabalhar na Casa, quais são os principais casos de violência que ela recebe, o medo das mulheres, a violência psicológica e como é possível quebrar o ciclo de violência;
- Iacita Izamor, coordenadora da CMB de Campo Grande - Entrevista realizada no dia 21/09, Iacita explicou como funcionam os serviços da Casa e como as mulheres podem procurar ajuda no órgão;
- Ida Garcia, jornalista e fonte personagem - Entrevista realizada no dia 07/10, Ida contou sobre seu caso de violência e a importância da rede de apoio e da denúncia feita na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

Episódio 3 - Entre a dor e a alegria: histórias sobre recomeços

- Angélica Fontanari, SEMU de Campo Grande - Entrevista realizada no dia 25/08, com o objetivo de dar visibilidade às políticas públicas municipais realizadas na capital e a importância delas para as mulheres;
- Katia Adriana, fonte personagem e participante do projeto “Sorrindo pra vida” da SEMU - Entrevista realizada no dia 26/08, Kátia contou sua história e o caso de violência que sua filha sofreu e como foi o recomeço após a denúncia;
- Eliane Santos, psicóloga especialista em saúde mental, autoconhecimento e relacionamentos saudáveis - Entrevista realizada no dia 12/09, Eliane trouxe aspectos sobre relacionamentos abusivos, primeiros sinais a serem identificados de violência e como sair desse ciclo, com ajuda psicológica.

1.5 Edição das entrevistas

Após a gravação de cada entrevista, foi realizada uma edição técnica e de conteúdo das sonoras, com o objetivo de garantir clareza, fluidez e coerência narrativa. Esse processo envolveu a divisão do áudio entre perguntas e respostas, a remoção de ruídos, além da seleção



das falas mais representativas e elucidativas. A minutagem final de cada depoimento foi definida conforme a temática previamente estabelecida para cada episódio, assegurando que o conteúdo mantivesse coesão com o roteiro, ritmo envolvente e relevância jornalística para o público.

1.6 Roteiros e gravação dos offs

Durante o mês de setembro, foram elaborados os roteiros de cada episódio com base nas pautas definidas ainda na etapa de pré-projeto, garantindo alinhamento com os objetivos centrais do trabalho. Cada roteiro incorporou dados, pesquisas e informações institucionais sobre a CMB e a SEMU, a fim de contextualizar as entrevistas e oferecer embasamento informativo ao ouvinte.

A estrutura seguiu um padrão narrativo fixo, composto por: abertura de apresentação do projeto, introdução específica ao tema de cada episódio, apresentação das fontes e contextualização das entrevistas, além da finalização com reforço temático, chamada para o próximo episódio, orientações sobre como denunciar casos de violência e o encerramento com o nome e a identificação do projeto.

Todos os roteiros passaram por três etapas de revisão e correção conduzidas pela professora orientadora Daniela Ota, visando aprimorar a clareza, a coesão e a adequação jornalística do conteúdo. Após essa etapa de ajustes, os offs foram gravados com equipamento próprio e editados durante o mês de outubro, consolidando a versão final de cada episódio antes da montagem completa do podcast.

1.7 Montagem e edição dos episódios

Após a edição final dos offs e das entrevistas, iniciou-se a montagem dos episódios, seguindo fielmente os roteiros de perguntas e falas previamente estruturados. Todo o processo de edição foi realizado no programa Audacity, que permitiu o refinamento do áudio, o equilíbrio entre as vozes e a inserção adequada das trilhas sonoras.

As trilhas musicais desempenharam um papel essencial na construção da narrativa sonora, sendo escolhidas com o intuito de manter a ambientação e a emoção da história mesmo nos momentos sem fala ou entrevista. A trilha inicial *Maria de Vila Matilde* (Douglas Germano, 2015), interpretada pela cantora Elza Soares a música foi escolhida como um símbolo de resistência à violência doméstica e incentivo à denúncia. A trilha de encerramento *Eu tô Bem* (Luiz Lins, 2019), foi escolhida devido a inspiração pessoal ao nome da série de



podcasts “Vocês me ouvem, mas ninguém me escuta”, onde o cantor conta como é difícil lidar com os medos em silêncio, o que muitas vezes acontece com as mulheres vítimas de violência. Para criar uma identidade sonora para a série, optei por utilizá-las no início e no fim de todos os episódios.

Além disso, foram utilizadas versões instrumentais das trilhas principais, presentes na abertura e na finalização, como trilhas de fundo, garantindo continuidade sonora e identidade narrativa ao podcast. Optou-se por não utilizar trilhas genéricas ou estereotipadas, como sons de sirenes, gritos ou efeitos policiais, a fim de preservar a sensibilidade do tema e evitar reproduzir estigmas sobre a violência de gênero.

1.8 Duração dos episódios

Os episódios um e dois da série tiveram duração de 32 minutos cada, tempo para apresentar o contexto histórico e as questões estruturais abordadas. Já o terceiro episódio, por tratar de temas mais íntimos e de acolhimento, teve sua duração estendida para 45 minutos. Essa ampliação permitiu incluir a mensagem final destinada às mulheres vítimas de violência, construída a partir dos relatos coletados em todas as entrevistas com as fontes. A decisão de prolongar o episódio também teve o objetivo de proporcionar ao público um espaço mais reflexivo, no qual fosse possível ouvir a experiência da fonte personagem e orientações das entrevistadas de forma mais detalhada, reforçando a dimensão empática e reflexiva do podcast.

1.9 Dificuldades Encontradas

Durante a produção do projeto, uma das principais dificuldades enfrentadas foi a seleção das fontes-personagens que participaram do podcast. Ainda na etapa de pré-projeto, já havia sido previsto que essa seria uma das maiores barreiras do processo de apuração, devido à delicadeza e à sensibilidade do tema abordado.

O desafio consistiu principalmente em encontrar mulheres dispostas a compartilhar suas histórias de forma segura e responsável, considerando o impacto emocional e os possíveis riscos de exposição. Muitas potenciais fontes demonstraram receio em relembrar experiências traumáticas ou em ter suas identidades associadas a situações de violência, mesmo sob a possibilidade de anonimato. Esse cuidado foi fundamental para respeitar o tempo e os limites de cada entrevistada, priorizando sempre a ética jornalística e o bem-estar das participantes.



Além disso, houve também a necessidade de verificar a disponibilidade de fontes institucionais, como representantes de órgãos públicos e especialistas que pudessem contextualizar o tema sem comprometer a sensibilidade do conteúdo. O processo demandou tempo, empatia e escuta ativa, resultando em entrevistas mais humanizadas e respeitosas, que contribuíram para o tom sensível, informativo e reflexivo que o podcast se propôs a alcançar.

Por fim, as fontes escolhidas para compor a versão final do podcast foram selecionadas com base em casos que já haviam sido solucionados e tornados públicos anteriormente, o que possibilitou abordar as histórias de forma ética, transparente e segura, sem revitimizar as participantes nem expor situações ainda em andamento.

1.10 Objetivos Alcançados

Com base nos objetivos estabelecidos no projeto inicial, é possível afirmar que o objetivo geral foi plenamente alcançado. A série de podcasts foi desenvolvida de forma a abordar, de maneira jornalística e sensível, os altos índices de violência contra a mulher registrados em Mato Grosso do Sul, trazendo reflexões sobre o cenário social regional que contribui para esse problema.

Entre os objetivos específicos, o primeiro também foi cumprido integralmente. Foram apresentados dados atualizados e contextualizados sobre a violência contra a mulher e os casos de feminicídio no estado, evidenciando a gravidade do tema e sua recorrência em Mato Grosso do Sul. Esses dados serviram como base para a construção narrativa do podcast e para reforçar a importância da discussão sobre o enfrentamento à violência de gênero.

O segundo objetivo específico, que previa expor os motivos que levaram à instalação da primeira CMB em Campo Grande, acabou ganhando um enfoque diferente ao longo da produção. A Casa foi abordada não apenas sob a ótica de sua criação, mas também como um símbolo de política pública de referência no acolhimento e na proteção às mulheres vítimas de violência, destacando sua relevância social e o papel que desempenha até hoje, mesmo que o sistema ainda apresente falhas e erros.

Por fim, o terceiro objetivo específico foi igualmente alcançado, com a apresentação detalhada sobre a estrutura e o funcionamento da CMB e da Deam. O conteúdo trouxe informações sobre os serviços oferecidos, o atendimento multidisciplinar e o impacto dessas instituições na vida das mulheres atendidas, fortalecendo a proposta central do trabalho de discutir o enfrentamento à violência de gênero no estado.



Além dos objetivos apresentados no projeto, durante a execução do podcast surgiu a necessidade de alterar o tema do terceiro episódio, como uma forma de incentivar mulheres a denunciar. Um dos objetivos iniciais era não descredibilizar a CMB e manter a confiança dessa política pública e de outras realizadas em Campo Grande, por isso o terceiro episódio trouxe histórias de recomeços e projetos realizados pela SEMU.



2 SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS:

2.1 - Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) representa um marco na legislação brasileira ao instituir mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Promulgada em 7 de agosto de 2006, a Lei surgiu como resposta à condenação do Brasil pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos no caso de Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de tentativa de feminicídio por parte do ex-marido. A partir dessa denúncia internacional, o país foi pressionado a criar instrumentos legais mais efetivos para enfrentar a violência de gênero.

A lei estabelece cinco formas de violência doméstica: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Além disso, determina que esse tipo de violência ultrapassa a esfera privada e deve ser tratado como uma violação dos direitos humanos. Um de seus grandes avanços foi a criação de medidas protetivas de urgência, como o afastamento do agressor do lar e a proibição de contato com a vítima, buscando garantir a segurança e integridade da mulher (BRASIL, 2006).

Ao reconhecer a desigualdade como raiz da violência doméstica, a Lei Maria da Penha adota uma abordagem interseccional e educativa, promovendo ações de prevenção, assistência e reeducação dos agressores. Essa perspectiva é fundamental para compreender o fenômeno da violência contra a mulher como resultado de estruturas históricas de dominação e opressão.

Sua aplicação também impulsionou a criação de políticas públicas voltadas ao atendimento integral das vítimas, como a implementação das Delegacias da Mulher, casas de abrigo e centros de referência. No contexto de Mato Grosso do Sul, por exemplo, a Lei é a base para programas como a CMB, que integra serviços de proteção, apoio psicológico, jurídico e acolhimento em um mesmo espaço.

2.2 - Lei do Feminicídio

Diante do alarmante cenário de Mato Grosso do Sul, como segundo estado que mais mata mulheres no país é importante citarmos sobre a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que introduziu uma significativa alteração no Código Penal Brasileiro, tipificando o feminicídio como qualificadora do homicídio. O feminicídio é o assassinato de mulheres em razão do gênero, sendo uma das formas mais extremas de violência. A implementação desta lei é um reflexo da necessidade de tratar a violência contra a mulher de forma mais enfática,



especialmente diante de uma realidade marcada pela desigualdade de gênero, como se observa no estado.

Além de tipificar o feminicídio como qualificadora do homicídio, a legislação permite a aplicação de penas mais severas, enfatizando que a violência motivada pelo gênero deve ser combatida de maneira eficaz. A criação de políticas públicas, como a CMB, visa garantir o apoio a mulheres em situação de violência, oferecendo acolhimento, orientação jurídica e suporte psicológico.

A Lei nº 13.104/2015, ao incluir o feminicídio no Código Penal representa um avanço na luta contra a violência, reconhecendo a morte de mulheres motivada por questões de gênero como um crime específico e de maior gravidade. Conforme o artigo 121, §2º, inciso VI, do Código Penal, o homicídio cometido em razão da condição de gênero passou a ser considerado feminicídio (BRASIL, 2015).

2.3 - Feminicídio em Mato Grosso do Sul

O feminicídio é a expressão mais extrema da violência de gênero e representa uma grave violação dos direitos humanos das mulheres. Em Mato Grosso do Sul, os índices alarmantes desse tipo de crime evidenciam a urgência na avaliação da eficácia das políticas públicas implementadas no estado. Rabelo (2022) analisa exatamente essa questão, investigando o grau de aplicabilidade das políticas de enfrentamento ao feminicídio em solo sul-mato-grossense.

A autora destaca que, embora o arcabouço legal brasileiro, especialmente a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), tenha avançado significativamente, a implementação prática dessas legislações enfrenta sérios entraves. “A distância entre a formulação legal e a execução efetiva das políticas públicas contribui para a persistência do feminicídio como fenômeno endêmico” (Rabelo, 2022, p. 44).

Um dos principais obstáculos observados pela autora é a fragmentação institucional no atendimento às mulheres vítimas de violência. Apesar da existência de centros especializados como a CMB, muitos municípios do interior de Mato Grosso do Sul não contam com estruturas adequadas ou profissionais capacitados para garantir o atendimento integral e humanizado. Assim, o que se verifica, segundo Rabelo (2022), é uma disparidade territorial que reforça desigualdades históricas entre as regiões do estado.

Outro ponto relevante discutido pela autora é a subnotificação dos casos de feminicídio. Ela ressalta que nem todos os homicídios de mulheres são corretamente classificados como



feminicídios, o que prejudica o diagnóstico do problema e a formulação de políticas mais eficazes. “A ausência de dados confiáveis compromete o monitoramento das ações estatais e obscurece a real dimensão da violência de gênero” (Rabelo, 2022, p. 63).

Rabelo (2022) também faz uma análise crítica do discurso político institucional, mostrando que muitas vezes as ações de enfrentamento à violência de gênero são utilizadas de forma simbólica, sem compromisso real com sua efetividade. Essa crítica está em consonância com estudos que apontam para o uso instrumental das políticas públicas, sobretudo em períodos eleitorais ou em contextos de pressão social.

Nesse sentido, a autora reforça a importância da transversalidade das políticas públicas, ou seja, a integração entre diferentes áreas — segurança, saúde, educação, justiça — para garantir que as medidas adotadas não sejam isoladas ou desarticuladas. Ela defende que a prevenção ao feminicídio exige tanto ações imediatas de proteção quanto medidas estruturais que combatam a desigualdade de gênero desde a infância, por meio da educação e da transformação cultural.

Portanto, a pesquisa de Rabelo (2022) contribui de forma significativa para o entendimento da relação entre legislação, gestão pública e violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul. Sua análise reforça a necessidade de um olhar crítico e aprofundado sobre a aplicabilidade das políticas já existentes, alertando para os riscos de sua ineficácia diante da ausência de vontade política, recursos e estrutura adequada.

2.4 - Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande

A violência contra a mulher é um fenômeno histórico e estrutural no Brasil, com raízes profundas nas relações patriarcais e nas desigualdades sociais que atravessam o país. Conforme destaca Garcia (2021), é fundamental compreender que os índices elevados de violência não são eventos isolados, mas sim o resultado de um contexto de exclusão, desproteção e silenciamento feminino.

A autora analisa a implementação da CMB em Campo Grande-MS como um marco importante na política pública de enfrentamento à violência de gênero. Em sua dissertação, Garcia (2021) afirma que “a criação da Casa da Mulher Brasileira não pode ser compreendida fora da articulação entre movimentos sociais feministas e o Estado” (Garcia, 2021, p. 14). Esse entendimento reforça a necessidade de considerar a atuação dos diversos sujeitos políticos envolvidos na consolidação dos direitos das mulheres.



A CMB foi idealizada como parte do programa “Mulher, Viver sem Violência”, lançado em 2013, durante o governo de Dilma Rousseff, e foi inaugurada em Campo Grande em fevereiro de 2015, sendo a primeira unidade do país. Seu objetivo é oferecer um atendimento humanizado, articulando em um mesmo espaço serviços como delegacia especializada, juizado, defensoria pública, ministério público, apoio psicossocial e acolhimento institucional (Garcia, 2021). A proposta da Casa visa facilitar o acesso à rede de proteção, reduzindo a revitimização e a burocracia que muitas vezes afastam as vítimas das instituições.

Garcia (2021) destaca ainda que o funcionamento da CMB reflete tanto avanços quanto desafios na concretização das políticas públicas voltadas às mulheres.

Apesar dos avanços na criação de políticas de enfrentamento, ainda se observa a descontinuidade, a sobrecarga de profissionais e a falta de recursos, o que compromete o atendimento integral às vítimas (Garcia, 2021, p. 78).

Nesse sentido, a autora denuncia a fragilidade das políticas de gênero diante da instabilidade política e econômica, o que afeta diretamente a eficácia de medidas de proteção.

Outro ponto abordado por Garcia (2021) é a importância da memória e do registro histórico das experiências de violência e resistência das mulheres. Ao entrevistar profissionais e usuárias da CMB, ela resgata narrativas que revelam tanto a dor quanto a potência da denúncia e da solidariedade entre mulheres. Isso reforça a noção de que o combate à violência de gênero também passa pelo reconhecimento das trajetórias individuais e coletivas de enfrentamento.

Dessa forma, a revisão da literatura mostra que o enfrentamento à violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul, especialmente através da CMB, é parte de um processo histórico, social e político complexo. A articulação entre Estado, movimentos feministas e sociedade civil é essencial para garantir a continuidade e a efetividade das políticas públicas. Além disso, o estudo de Garcia (2021) oferece um importante subsídio para compreender os limites e as possibilidades dessas iniciativas, contribuindo para o aprofundamento das reflexões e ações no campo dos direitos humanos e da justiça de gênero.

2.5 - Políticas de enfrentamento à violência contra a mulher

O enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil tem avançado significativamente desde a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), mas sua efetiva implementação ainda enfrenta desafios que variam conforme a estrutura institucional de cada



estado. Em Mato Grosso do Sul, a CMB instalada na Capital constitui um dos principais exemplos de política pública voltada à proteção e ao atendimento integral às mulheres em situação de violência, além de outros projetos como o Painel 180, que completou 20 anos no dia 25 de novembro de 2025, o Botão do Pânico instituído pela SEMU, Agosto lilás e a Sala Lilás.

Castro e Wenceslau (2022), analisam a CMB de Campo Grande como uma experiência emblemática no país. Eles destacam que a proposta da Casa se baseia na integração de serviços em um mesmo espaço físico, proporcionando agilidade no atendimento e evitando a revitimização da mulher.

A CMB representa uma inovação no atendimento multidisciplinar, reunindo em um mesmo espaço delegacia especializada, defensoria pública, ministério público, serviços de apoio psicossocial e abrigo emergencial (Castro; Wenceslau, 2022, p. 5).

O estudo aponta que essa centralização de serviços resulta em maior eficiência e acolhimento humanizado, contribuindo para o fortalecimento da rede de proteção às mulheres. No entanto, os autores também alertam para limites estruturais e operacionais, como a carência de recursos humanos e financeiros, e a necessidade de formação contínua das equipes envolvidas no atendimento. Isso revela que, embora seja uma política pública com alto potencial, a CMB ainda depende fortemente de apoio político e estabilidade orçamentária para funcionar plenamente.

Outro aspecto relevante analisado no artigo é a importância da integração na execução das políticas de gênero. Para os autores, a eficácia da CMB está diretamente relacionada à capacidade de articulação entre os diversos setores envolvidos, como segurança pública, saúde, assistência social e justiça. A ausência dessa articulação compromete o atendimento integral previsto nas diretrizes da política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher (Castro; Wenceslau, 2022).

Os autores também destacam que a CMB de Campo Grande, por ter sido a primeira unidade implantada no Brasil, tornou-se um modelo para outras capitais e municípios, sendo frequentemente visitada por gestores públicos, pesquisadores e ativistas. Contudo, também reconhecem que “o pioneirismo não garante sua plena efetividade, sendo necessário constante aprimoramento, avaliação de impacto e escuta das usuárias” (Castro; Wenceslau, 2022, p. 8).

Assim, o artigo de Castro e Wenceslau (2022) contribui para uma reflexão aprofundada sobre os avanços e desafios das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero em



Mato Grosso do Sul, com especial atenção para a experiência concreta da CMB. Essa análise é essencial para compreender os fatores que favorecem (ou limitam) a proteção das mulheres em contextos marcados por desigualdades estruturais e histórica negligência estatal.

2.6 - Coronelismo

Leal (2012) realiza uma análise clássica sobre as estruturas políticas e sociais do Brasil rural, explorando a relação entre poder local, dependência econômica e representação política. Segundo o autor, o chamado “coronelismo” constitui um sistema de reciprocidades entre o Estado e as elites regionais, no qual o controle do voto e da participação política é condicionado pela posse da terra e pelo domínio das relações sociais locais. Para Leal (2012), “o regime representativo brasileiro se desenvolveu sob a sombra do poder privado dos chefes locais” (p. 43), evidenciando como a estrutura agrária e o clientelismo foram elementos centrais na formação do Estado nacional e na consolidação das práticas políticas brasileiras.

Ainda conforme o autor, o coronelismo não deve ser compreendido apenas como uma herança do passado, mas como um mecanismo de mediação entre o poder público e o privado, que permitiu a reprodução de lógicas autoritárias e patrimonialistas no interior do sistema representativo. O autor mostra que, ao depender do voto controlado pelos coronéis, o Estado brasileiro manteve uma relação ambígua com a democracia: formalmente representativo, mas socialmente excludente. Essa configuração resultou em um modelo político de “equilíbrio instável”, no qual a autoridade pública se legitima por meio da negociação com as oligarquias locais.

A reflexão de Leal (2012) permite compreender que as práticas políticas contemporâneas, especialmente nas regiões periféricas e rurais, ainda carregam traços desse sistema. A persistência de relações clientelistas e de dependência entre lideranças e eleitores reflete a dificuldade de consolidação de uma cidadania plena. Assim, “Coronelismo, enxada e voto”, se consolida como uma obra fundamental para entender as raízes históricas da desigualdade política no Brasil, ao demonstrar como as dinâmicas locais moldaram as estruturas institucionais e culturais do país.

2.7 - Coronelismo em Mato Grosso do Sul



A formação política de Mato Grosso do Sul¹⁴, ainda no período em que a região fazia parte do estado unificado de Mato Grosso, foi marcada por um processo de consolidação do poder local baseado na figura do coronel — um tipo de liderança patriarcal, autoritária e profundamente enraizada nas relações pessoais e familiares. Trubiliano (2015) analisa essa dinâmica a partir da formação das elites políticas em Campo Grande entre os anos de 1905 e 1917, período crucial para a constituição da identidade política sul-mato-grossense.

Segundo o autor, o processo de fundação do homem público em Campo Grande se deu dentro de uma lógica oligárquica, em que o acesso ao poder estava diretamente associado à posse de terras, ao controle econômico e à habilidade de articular alianças familiares e políticas. Trubiliano (2015, p.3) afirma que “o poder político municipal estava nas mãos de poucos, que detinham não apenas os recursos materiais, mas também o monopólio da representação pública”. Essa característica formou as bases de um modelo clientelista de governança que perduraria por décadas.

A análise do coronelismo no início do século XX permite entender a construção de um sistema político que naturalizou práticas autoritárias e excludentes, dificultando o acesso de grupos subalternizados - como as mulheres - à esfera pública. A ausência histórica de representatividade feminina e a concentração de poder nas mãos de homens, muitas vezes aliados aos interesses agrários e comerciais, ajudaram a consolidar um modelo de masculinidade dominante que associava força, mando e controle ao ideal de liderança pública.

Trubiliano (2015) também destaca o papel da imprensa e da retórica como instrumentos de legitimação do poder masculino. A figura do homem público era construída não apenas por suas ações políticas, mas também pela sua imagem projetada nos jornais locais, como alguém ‘moralmente apto’ a liderar e comandar. Essa construção simbólica reforça a ideia de que o espaço político era (e, em muitos aspectos, ainda é) moldado por discursos que excluem e inferiorizam outras formas de existência e expressão política.

Ao evidenciar os mecanismos de poder nos primórdios da formação política de Campo Grande, Trubiliano (2015) nos ajuda a perceber como essas heranças históricas continuam influenciando as relações sociais contemporâneas — inclusive aquelas que dizem respeito à violência de gênero e à dificuldade de acesso a políticas públicas efetivas.

¹⁴ BRASIL. Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 out. 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm. Acesso em: 3 nov. 2025.



Ao dialogar com esse estudo histórico, podemos ampliar a compreensão sobre a formação de um modelo de gestão pública excludente, que ainda impacta o modo como políticas de proteção e acolhimento, como a CMB, são implementadas e percebidas na sociedade sul-mato-grossense.

2.8 - Podcast

Ao escolher o podcast para veicular um projeto jornalístico e acadêmico sobre a violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul, é fundamental compreender as especificidades dessa mídia em termos de linguagem, interação e recepção. Primo (2009)¹⁵ destaca que o podcasting não se limita à simples emissão sonora, mas constitui uma forma complexa de interação mediada.

A autora argumenta que o podcast é uma mídia que permite o desenvolvimento de relações comunicacionais diferenciadas, baseadas em interatividade assíncrona, ou seja, interações que ocorrem em tempos distintos, como os comentários e retornos dos ouvintes após a escuta. “As interações no podcasting não acontecem durante a emissão do conteúdo, mas se distribuem ao longo de um ciclo comunicacional prolongado, que envolve produção, recepção e resposta” (Primo, 2009, p. 3).

Essa característica torna o podcast uma ferramenta potente para a construção de narrativas aprofundadas, com potencial de gerar engajamento reflexivo por parte da audiência. Além disso, Primo (2009) chama atenção para o caráter íntimo e imersivo do áudio, que se dá pela escuta individualizada e pela presença da voz como principal elemento comunicativo. Ao tratar de temas sensíveis como a violência de gênero, o uso da voz pode representar um recurso poderoso de conexão emocional com o ouvinte. “A escuta atenta e solitária favorece a criação de vínculos subjetivos com o conteúdo e com os locutores” (Primo, 2009, p. 5). Isso é especialmente relevante em projetos que pretendem provocar reflexão crítica, dar visibilidade a testemunhos e promover empatia.

A natureza acessível e distribuída do podcast permite que vozes historicamente marginalizadas encontrem espaço para expressão. A narrativa oral, aliada à estrutura flexível

¹⁵ A professora de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, atende pelo nome Alê Primo após passar por transição de gênero. Informação disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2023/07/professora-ale-primo-sobre-transicao-de-genero-eu-sou-uma-mulher-sempre-fui-clklkg2l800120154qxnms187.html> . Acesso em: 21 jun. 2025.



dos episódios, permite alternar entre depoimentos, análise crítica e contextualização histórica, sem as limitações impostas por formatos mais rígidos da mídia tradicional (Primo, 2009).

2.9 - Podcast como ferramenta de distribuição de conteúdos digitais

Assis (2007) oferece uma análise das propriedades estruturais do *podcasting* enquanto ferramenta de distribuição de conteúdos digitais. Segundo o autor, essa tecnologia se baseia na utilização de feeds RSS, que automatizam o envio e o acesso a arquivos sonoros, permitindo que os ouvintes recebam novos episódios sem a necessidade de procurá-los manualmente.

Ele destaca três características centrais do podcast: disponibilidade total, atemporalidade e liberdade de acesso. Essas propriedades tornam o podcast um formato especialmente eficaz para disseminação de conteúdos com profundidade analítica, como entrevistas, narrativas investigativas e reportagens especiais. “O usuário pode escolher onde, quando e quantas vezes acessar os programas baixados” (Assis, 2007, p. 2), o que amplia as possibilidades de recepção e engajamento com temas complexos, como a violência de gênero.

A atemporalidade do podcast, permite que conteúdos com valor informativo duradouro — como análises de políticas públicas, entrevistas com especialistas ou depoimentos de vítimas — continuem circulando e sendo ouvidos semanas ou meses após sua publicação original. Essa longevidade é um diferencial importante frente à velocidade e ao descarte que caracterizam outras mídias digitais.

Apesar do alto potencial técnico, nem todos os usuários aproveitam ao máximo essas funcionalidades. Mesmo assim, a potencialidade pedagógica e comunicacional do podcast é destacada (Assis, 2007), pois trata-se de uma mídia que pode ser explorada como um sistema de disseminação de qualquer tipo de conteúdo digital, acessível em diversos dispositivos e plataformas.

Isso nos leva a compreender o podcast como uma ferramenta adequada para discutir e divulgar de forma ampla temas urgentes como a violência contra a mulher, a estrutura do Estado e a atuação de políticas públicas — contribuindo para a formação de uma audiência crítica e informada.

2.10 - Podcast jornalístico

Câmara (2025) propõe uma análise detalhada sobre o que diferencia o podcast jornalístico dos demais formatos sonoros disponíveis no ambiente digital. Segundo o autor, o



podcast jornalístico mantém as bases tradicionais do jornalismo — periodicidade, atualidade, universalidade e publicidade —, mas as adapta à lógica da convergência midiática. Diferente dos podcasts voltados ao entretenimento, o jornalístico é construído a partir de técnicas de apuração, checagem e edição que garantem a veracidade e a confiabilidade da informação. Para o pesquisador, “o jornalismo, ao incorporar o podcast como suporte, demonstra capacidade de adaptação às transformações tecnológicas, preservando suas funções essenciais” (Câmara, 2025, p. 65).

Ainda conforme Câmara (2025), os podcasts jornalísticos se distinguem por seu compromisso ético e metodológico com a verdade factual, alinhando-se aos princípios de Kovach e Rosenstiel (2004), que apontam a veracidade como a primeira obrigação do jornalista. Enquanto podcasts de variedades privilegiam o improviso e a subjetividade, o podcast jornalístico estrutura-se em torno da narrativa informativa e interpretativa, explorando a profundidade e o contexto dos fatos. Essa característica reforça sua função social como instrumento de mediação entre o acontecimento e o público, reafirmando o papel do jornalismo como prática de interesse público e de construção da cidadania.

Por fim, Câmara (2025) observa que o podcast jornalístico representa uma reconfiguração do radiojornalismo tradicional, ampliando suas possibilidades narrativas e de alcance no ambiente digital. O formato favorece o consumo sob demanda, a acessibilidade e a personalização da escuta, tornando-se um espaço privilegiado para a produção de conteúdos que combinam rigor informativo, narrativa sonora e engajamento. Assim, o podcast jornalístico se diferencia por aliar a técnica jornalística à linguagem sonora contemporânea, configurando-se como um meio híbrido que informa, contextualiza e promove o debate público.

2.11 - Proteção das fontes

A prática jornalística está essencialmente vinculada à responsabilidade social e à ética na informação. Segundo o Artigo 3º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, “o exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao presente Código de Ética” (Fenaj, 2007, p. 2).

Este princípio reforça que o jornalista não atua apenas como transmissor de informações, mas como agente social responsável pela mediação crítica entre fatos e sociedade. Tal reconhecimento exige do profissional comprometimento com a verdade, com os direitos humanos e com a integridade das pessoas envolvidas nas reportagens.



No caso de um podcast que trate de temas como feminicídio e violência de gênero, esse artigo sustenta a atuação cautelosa e comprometida com o bem-estar das fontes. Isso implica, por exemplo, evitar exposição indevida de vítimas, respeitar seu direito à privacidade, preservar o sigilo e contextualizar os relatos com responsabilidade e respeito à dignidade humana.

Além disso, ao reconhecer a atividade jornalística como uma função social, o artigo também embasa a importância da produção de conteúdos que promovam o interesse público e contribuam para o debate democrático.

A proteção da fonte jornalística é não apenas uma prerrogativa ética jornalística, mas um direito constitucional assegurado no ordenamento jurídico brasileiro. O Art. 5º, inciso XIV da Constituição Federal de 1988 estabelece que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (Brasil, 1988).

Esse dispositivo fundamenta legalmente a conduta de jornalistas que optam por preservar a identidade de suas fontes, sobretudo quando essas pessoas se encontram em situações de risco ou vulnerabilidade - como é o caso de vítimas de violência de gênero. No contexto da produção de um podcast investigativo, esse respaldo constitucional permite ao jornalista construir uma relação de confiança com as fontes, garantindo segurança jurídica ao exercício de sua atividade.

A Constituição de 1988, ao assegurar esse direito, também reconhece o papel essencial da liberdade de imprensa e do acesso à informação para o funcionamento da democracia. Ao mesmo tempo, equilibra esse direito com a necessidade de proteção das fontes que contribuem com denúncias, relatos e dados sensíveis. Isso é especialmente relevante em estados como Mato Grosso do Sul, que apresentam índices alarmantes de feminicídio, e onde muitas vítimas e testemunhas relutam em expor seus agressores por medo.

Nesse sentido, o inciso XIV do Art. 5º dá base jurídica para que o jornalista, mesmo diante de pressões ou investigações, mantenha o sigilo da identidade da fonte sem que isso configure obstrução da justiça ou ilegalidade. Tal garantia é indispensável para a efetivação de um jornalismo investigativo ético e seguro, especialmente em formatos como o podcast, que permitem abordagens sensíveis, humanizadas e profundas de temas sociais.

A produção jornalística, sobretudo quando voltada a temas sensíveis como a violência de gênero, exige não apenas domínio técnico, mas também compromissos éticos rigorosos, especialmente em relação à proteção da fonte.



Segundo Cavaco (2018), a confidencialidade da fonte não é apenas um direito profissional, mas um compromisso moral do jornalista diante da responsabilidade social de informar. A autora defende que preservar a identidade de uma fonte é fundamental para garantir sua segurança, especialmente em contextos em que a exposição pode gerar retaliações ou sofrimento. “A confiança entre jornalista e fonte é construída com base na promessa de sigilo, e sua quebra compromete tanto a integridade da apuração quanto a vida do informante”. (Cavaco, 2018, p. 3).

No caso de relatos de violência contra a mulher, muitas vezes envolvendo situações de risco extremo, o cuidado ético com a exposição das entrevistadas torna-se ainda mais necessário. Cavaco (2018) aponta que o sigilo é mais do que uma ferramenta profissional - é um valor humanitário, relacionado à dignidade e à proteção da pessoa. Isso reforça a importância de decisões editoriais conscientes durante a produção do podcast, com protocolos claros para garantir o anonimato e a segurança das mulheres ouvidas.

Além disso, a autora problematiza o conflito entre o dever de informar e o dever de proteger. Ela argumenta que o jornalista, ao exercer seu papel público, não pode ignorar os possíveis impactos de sua publicação sobre os sujeitos envolvidos. A moralidade da prática jornalística não reside apenas na veracidade dos fatos, mas na responsabilidade pelas consequências de sua divulgação.

Esse referencial é fundamental para embasar as decisões éticas no desenvolvimento do TCC, sobretudo no uso da linguagem sonora para relatar histórias de vítimas, denunciar falhas institucionais e expor situações de vulnerabilidade. Logo, a reflexão proposta por Cavaco (2018) ajuda a equilibrar a missão informativa do jornalismo com o respeito à integridade e à segurança das vítimas.

A proteção das fontes foi aplicada na prática ao longo de todo o desenvolvimento do projeto. Por se tratar de um produto em formato de podcast, a identificação por meio da voz é um elemento central da narrativa, o que torna ainda mais sensível o manejo das informações compartilhadas pelas entrevistadas.

Durante o processo de captação e seleção de personagens, uma das fontes revelou que seu caso ainda estava em andamento na Justiça. Por se tratar de um episódio recente e envolver riscos potenciais tanto para ela quanto para mim enquanto produtora do conteúdo, optei em conjunto com minha orientadora por não utilizar esse relato, mesmo tendo recebido autorização formal para gravação e divulgação.



A decisão reforça o compromisso ético do projeto com a preservação da integridade das fontes, a segurança das envolvidas e o respeito aos limites legais que envolvem casos de violência de gênero. Portanto optamos por utilizar relatos que já haviam sido expostos anteriormente em outros veículos de mídia e que pudessem ser incluídos sem expor as personagens a riscos adicionais, assegurando que a narrativa permanecesse fiel ao propósito jornalístico e responsável do trabalho.



3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho possibilitou uma análise ampla e aprofundada sobre os altos índices de violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul, bem como sobre as políticas públicas e estruturas de acolhimento voltadas ao enfrentamento desse problema. O formato em podcast permitiu abordar o tema de forma dinâmica, acessível e sensível, conciliando a produção jornalística com a escuta empática das fontes e o compromisso ético com a informação.

Ao longo do processo, foi possível compreender a complexidade que envolve o enfrentamento à violência de gênero, especialmente em um estado que figura entre os que mais registram casos de feminicídio no país. A investigação sobre a CMB e a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher evidenciou a importância dessas instituições na rede de proteção, destacando o papel essencial do atendimento humanizado e da articulação entre diferentes órgãos públicos.

Além de alcançar os objetivos propostos, o desenvolvimento do TCC também proporcionou crescimento pessoal e profissional, sobretudo no que diz respeito à prática jornalística voltada a temas sociais e de interesse público. A experiência reforçou o poder do jornalismo como ferramenta de conscientização e transformação social, especialmente quando utiliza novas linguagens, como o podcast, para dar voz às histórias e às realidades que ainda precisam ser amplamente debatidas.

Esse trabalho me ensinou que a coragem nasce de uma força que muitas vezes não conseguimos explicar. Como jornalistas, nosso papel é contar histórias, não pela visibilidade que elas possam nos trazer, mas pelo impacto que causam em nós e em quem as ouve. A empatia é essencial nesse processo: não basta reproduzir falas, é preciso sentir a dor do outro, ouvir com atenção e acolher com respeito, para representar cada fonte com sensibilidade e verdade. Mais do que dominar as técnicas ou teorias, o jornalismo é feito de humanidade.

Este aprendizado, acima de tudo, é o que levo comigo o compromisso de fazer um jornalismo que escuta, acolhe e transforma.

Por fim, este TCC representa um convite à continuidade da reflexão e da ação. O combate à violência contra a mulher é uma luta constante, que exige comprometimento de toda a sociedade, do poder público, da mídia, das instituições e de cada cidadão. O jornalismo, ao dar visibilidade a essas histórias e ao promover diálogos construtivos, se coloca como um instrumento essencial de transformação. Que este projeto sirva, portanto,



como ponto de partida para novas produções e iniciativas que mantenham viva a esperança de um futuro mais justo, seguro e igualitário para todas as mulheres.



4.REFERÊNCIAS

ASSIS, Pablo. **Podcasting como ferramenta de distribuição de conteúdos digitais via internet**. Revista da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <https://www.pabloassis.com>. Acesso em: 10 maio 2025.

BALANÇO **Ligue** **180.** Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/wp-content/uploads/2015/12/SPM_balanco180-10anos10meses.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

Bordini, Milene. **Mulheres na política: representação ou representatividade? Quem te Representa?**, 30 abr. 2024. Disponível em: <https://quemterepresenta.com.br/mulheres-na-politica-representacao-ou-representatividade/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 out. 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Institui a **Lei Maria da Penha: Lei de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o Código Penal para tipificar o feminicídio como qualificadora do homicídio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande/MS completa 10 anos de atividades**. Publicado em: 3 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/fevereiro/casa-da-mulher-brasileira-em-campo-grande-ms-completa-10-anos-de-atividades>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Programa Mulher: Viver sem Violência**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia>. Acesso em: 13 abr. 2025.



CASTRO, José Antonio Toledo; WENCESLAU, Maurinice Evaristo. **Política de enfrentamento à violência contra a mulher: Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande (MS)**. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas, Bebedouro, SP, v. 10, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2022. Acesso em: 10 maio 2025.

CAVACO, Suzana. **Confidencialidade da fonte em jornalismo: perspectivas morais**. Revista Media & Jornalismo, Lisboa, v. 18, n. 32, p. 11-24, 2018. Disponível em: <https://revistamediaejornalismo.com>. Acesso em: 10 maio 2025.

CORREA, Valmir Batista. **Coroneis e bandidos em mato grosso: 1889-1943**. 1982. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

CORREIA, Guilherme. **MS segue entre os estados mais perigosos para mulheres no Brasil**. Campo Grande News, 3 mar. 2025. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/ms-segue-entre-os-estados-mais-perigosos-para-mulheres-no-brasil>. Acesso em: 13 abr. 2025.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Vitória: FENAJ, 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 13 maio 2025.

GARCIA, Joice Souza. **Cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim: a Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande-MS**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. **Uma reflexão sobre a história de Mato Grosso do Sul**. IHGMS, 2021. Disponível em: <https://ihgms.org.br/artigos/uma-reflexao-sobre-a-historia-de-mato-grosso-do-sul-43>. Acesso em: 21 jun. 2025.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MATO GROSSO DO SUL. Governo do Estado. **MS lidera projeções como o estado brasileiro com maior previsão de crescimento do PIB em 2025**. Disponível em: <https://www.ms.gov.br/noticias/ms-lidera-projecoes-como-o-estado-brasileiro-com-maior-previsao-de-crescimento-do-pib-em-2025>. Acesso em: 6 abr. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. **Monitor da Violência Contra a Mulher**. Disponível em: <http://monitorviolenciacontramulher.sejusp.ms.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MATOS, Gabriel e MAMÉDIO, Lucas. **Áudio prova que Deam abandonou Vanessa**. Campo Grande News, 14 fev. 2025. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/audio-prova-que-deam-abandonou-vanessa>. Acesso em: 27 nov. 2025.

MELO, Thatiana. **Com 15 feminicídios, Mato Grosso do Sul ocupa topo do ranking no país**. Midiamax, 9 jun. 2025. Disponível em:



<https://midiamax.uol.com.br/policia/2025/com-15-feminicidios-mato-grosso-do-sul-ocupa-top-o-do-ranking-no-pais/> . Acesso em 21 jun. 2025.

NASCIMENTO, Milton. **Maria, Maria**. In: Clube da esquina 2. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1978. Faixa 8.

CÂMARA, José Victor Marçal. **Podcasts jornalísticos em Mato Grosso do Sul: cartografia, conteúdos e análise sobre territorialidade e finalidade**. 2025. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2025.

PRIMO, Alex. **Para além da emissão sonora: as interações no podcasting**. Revista Famecos, Porto Alegre, n. 40, p. 1-10, 2009. Disponível em: <http://www.saladebatepapo.org>. Acesso em: 10 maio 2025.

RABELO, Luciana do Amaral. **A aplicabilidade das políticas públicas de enfrentamento ao feminicídio no estado de Mato Grosso do Sul**. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Fundação Universidade de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Direito, Campo Grande, 2022.

SOARES, Elza. **Maria de Vila Matilde**. In: A Mulher do Fim do Mundo. São Paulo: Circus, 2015. Faixa 3.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **A fundação do homem público nos primórdios do coronelismo em Campo Grande - MT/MS (1905-1917)**. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: Velhos e novos desafios, Florianópolis: ANPUH, 2015.



APÊNDICES

Segue em anexo abaixo os roteiros corrigidos pela professora Daniela Ota e utilizados para a gravação dos episódios da série de podcast:

<https://drive.google.com/drive/folders/1tA5-kftbPsLdExiGPQPjv0vkGAmyv4dr?usp=sharing>

Segue em anexo a identidade visual desenvolvida por mim após a apresentação e aprovação do projeto pela banca. Essa identidade foi utilizada na apresentação em slides do produto e também sugerida pela própria banca como proposta de identidade oficial para a veiculação do podcast no Spotify:

Slide produzido para a apresentação:

https://drive.google.com/file/d/1CYCBibVkFHdUK2P-VXb6IbQhttU_ou2c/view?usp=sharing

g



Identidade visual:

